

A DEMOCRACIA E A PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR UM ESTUDO DE CASO

***Fatima Eliana de Prá Perius**

1 Considerações Introdutórias

O presente artigo trata do significado da participação da comunidade na gestão da escola pública tendo como base um estudo de caso realizado em uma escola pública, de Educação Básica do município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O objetivo da pesquisa é estabelecer uma relação da escola com a sua comunidade e buscar possibilidades para a ampliação no padrão de sucesso da gestão participativa.

Este artigo é resultante da monografia de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação, Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, intitulada “A escola e o significado da participação da comunidade na sua gestão”. Para tal apresenta um Estudo de Caso.

Para o Estudo de Caso aplicamos instrumentos nos seguintes segmentos da Escola: professores, funcionários, pais e alunos. Os participantes deste Estudo foram escolhidos aleatoriamente, todos demonstraram interesse em responder às questões propostas. Para cada segmento aplicamos dezoito questionários exceto para os funcionários devido ao número reduzido desses em relação aos demais. Foram-lhes aplicados sete questionários. Preservamos suas identidades, individualidades, cultura, posicionamento frente a seus valores éticos e morais.

* Professora Estadual concluinte do Curso de Pós-Graduação em Educação, Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria – Orientada pela professora dr^a Maria Elizabete Londero Mousquer.

A questão que norteou o estudo foi a seguinte indagação: Como se dá a participação da comunidade na gestão da Escola? Tal indagação remete aos seguintes temas: Projeto Pedagógico, Eleição de diretores, Conselho Escolar e Conselho de Classe Participativo.

2 Democracia e Participação

Considerando os movimentos da democracia evidenciados em mudanças e nas práticas observadas ao longo dos últimos anos em escolas estaduais do RS, analisaremos alguns autores que dedicam seus estudos à participação¹ nos processos de gestão democrática.

A democracia foi definida por Sacristán como:

Conjunto de procedimentos para poder conviver racionalmente, dotando de sentido uma sociedade cujo destino é aberto, porque acima do poder soberano do povo já não há nem um poder. São os cidadãos livres que determinam a si mesmos como indivíduos e coletivamente (SACRISTÁN, 1999, p. 57).

Esse valor consensual que a sociedade brasileira tem reafirmado pela Constituição de 1988 e pelas legislações educacionais deve ser analisado pelo seu conteúdo e sua prática. No contexto democrático brasileiro, a escola pública já garantiu a eleição de seus representantes. Essa vivência é um sinal que se soma a outros, visando assegurar a participação nas decisões que de fato importam para a comunidade escolar.

Considerando que a escola se constitui em espaço de exercício da democracia como valor e como processo, é lá que inicia e é promovida a socialização das pessoas. É no exercício do cotidiano que se afirma a relação entre sujeitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, o pensamento de Canivez (1991) reforça a idéia de academia como espaço de construção de valores e ações.

¹ Para Habermas (apud Gutierrez & Catani, 1998) “participar significa que todos podem contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade”, ou seja, “participar consiste em construir comunicativamente o consenso quanto a um plano coletivo”.

A escola, de fato, institui a cidadania. É nela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentescos ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seus diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (p.33).

É necessário estabelecermos uma conceituação para cidadania. Qual conceito de cidadania se ajusta a este estudo? O conceito em sentido amplo ou o conceito em sentido estrito?

Como tudo começou na Grécia Antiga, para Aristóteles a cidadania era a academia dos que participavam da atividade deliberativa do Estado. Desse privilégio só usufruíam os detentores de bens ou conhecimentos. Hoje o conceito comporta outras questões. A inclusão e a exclusão social demonstram a diferença entre aquele que é cidadão e o que não é considerado por não participar.

O conceito de cidadania se visto sob o sentido amplo, consagrado por sua utilização popular, diz respeito àqueles que estão em pleno gozo de todos os direitos previstos no texto constitucional. A cidadania em seu sentido estrito, menos abrangente que a conceituação anterior, aplica-se àquelas pessoas que participam diretamente da vida do país. A abrangência conceitual, e seu difundido emprego na comunidade são considerações importantes. Revelam uma tomada de consciência da população que ganha espaço, adquirindo postura renovada, saindo da cômoda posição daqueles que esperam soluções prontas da velha estrutura patriarcal de Estado para uma nova realidade. O cidadão de forma responsável e consciente participa dessa nova estrutura, buscando existência digna para todos, com o trabalho, lazer, educação, saúde, meio ambiente equilibrado, dentre tantas outras carências do ser humano. “O povo tem o direito, numa democracia de verdade, de participar do governo, e não apenas de esperar os resultados dele” (MOTTA, S; DOUGLAS, W., 2000).

O professor Genuino Bordignon e a professora Regina Vinhaes Gracindo, em seu artigo intitulado “Gestão da Educação: o Município e a Escola” trazem enfoques da cidadania que de acordo com a situação da escola dão

especificidade à sua finalidade para esclarecermos o “exercício da cidadania” - que é construir cidadania²:

A escola institui a cidadania e o cidadão vai além de ser o habitante de uma comunidade ou ser o aluno de um estabelecimento de ensino. Ser cidadão é estar interessado no que acontece no local que se escolheu para viver. E o que acontece na comunidade implica participação no processo.

Procurando elucidar o conceito de participação, reportamo-nos ao final da década de 60, quando essa questão passou a ter destaque na discussão a respeito de formas de administrar.

Conforme nos colocam Gutierrez e Catani (2000), no livro *Gestão Democrática da Escola*.

O mundo todo passa por mudanças culturais após a segunda Grande Guerra, atingindo uma espécie de clímax com as manifestações de 68. O comportamento individual, a estrutura familiar, a sexualidade e as instituições foram fortemente questionadas. Era de se esperar que as organizações reagissem a esse processo, procurando adequar-se ao seu tempo. Um dos resultados palpáveis foi a introdução da idéia da participação como alternativa administrativa e estratégica (apud FERREIRA, p.60).

O fenômeno da participação foi analisado por teóricos de diferentes linhas de pesquisa e tendências. Houve a preocupação de classificar e aferir sua intensidade e abrangência.

Para Demo (1996, p.18) “participar é conquista para significar que é um

^{2*} Cidadania é uma situação que se dá na relação com o outro, no grupo social instituído. Não há cidadania no isolamento, sem o referencial do outro. Vive-se hoje imerso no social. O que penso, o que sei, aquilo em que acredito são construções pessoais nutridas na relação com o outro. A construção de relações sociais, entre os membros de um grupo nacional, implica uma ordem de direitos que garantam a liberdade e construam a solidariedade. O surgimento da “cidade”, do grupo social instituído, vincula todos a um destino comum. Cidadania requer a igualdade na diferença, conceitos aparentemente antagônicos, mas fundamentalmente vinculados. Ao mesmo tempo que se é igual na dignidade humana, nos direitos e deveres, se é diferente, como um ser único, com vocação e potencialidade própria. Diferenças que não fazem cada um ser mais ou menos que os outros, mas apenas diferentes, singulares. Cidadania é um status que requer condições para o seu pleno exercício, condições essas determinadas pelo tempo histórico do homem, pelo paradigma de sociedade na qual se vive. Vive-se hoje na sociedade do conhecimento, sendo esse o instrumento, a condição essencial para o exercício da cidadania, para a inclusão social e para a participação nas deliberações coletivas que constituem o governo da sociedade. Cidadania é a condição essencial para a efetivação da verdadeira democracia. Democracia e cidadania são conceitos inerentes, indissociáveis. Sem um, não se viabiliza o outro. O que vale dizer que sem democracia não há espaço para os cidadãos, mas apenas para governados.(FERREIRA, 2001, p.157 –158).

processo, é infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual”.

Demo afirma também que o espaço de participação precisa ser conquistado centímetro por centímetro e que não podemos andar a metro, mesmo porque todos os processos participativos profundos tendem a ser lentos.

Entende-se participação como conquista, espaço de direito que a comunidade detém não como concessão ou algo preexistente. A falta de espaço de participação deveria ser o ponto de partida para superar a dominação, haja visto que, por tendências históricas, primeiro encontra-se a dominação e depois se conquista a participação. É preciso aproveitar os mínimos espaços e oportunidades para conquistar a participação.

No mesmo sentido, Paro (2000) coloca que:

A situação de calamidade sem paralelo na história do país em que se encontra hoje a escola pública exige movimentos de pressão em todos os níveis e instâncias da sociedade civil. Por isso, quando se reivindica um espaço de participação na unidade escolar, está se considerando apenas uma dessas instâncias ou níveis. Parece-me, todavia, imprescindível que a participação aí se dê. Sem ela, não se fará uma escola verdadeiramente universal e de boa qualidade no Brasil (p. 17).

Werle (2000), em pesquisa realizada no contexto do projeto Gestão da Escola Básica, fez constatações junto a quatro Conselhos Escolares, concluindo que a democratização é um tipo de modelo cultural vigente nas escolas e que os órgãos colegiados como os Conselhos Escolares constituem mais símbolos rituais de democratização da escola do que propriamente espaço de participação, uma vez que práticas participativas se afiguram mais como ritualidade do que como cultura de participação.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, ao falar sobre participação e cidadania antecipa algumas idéias sobre globalização. Para ele a globalização alternativa está ao lado da globalização neoliberal e afirma que esta surgiu como modo de reagir à interferência desses processos econômicos, sociais, políticos e culturais. É uma reação que emerge, formando redes de alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações sociais. Muitos

exemplos dessa globalização foram as manifestações constatadas no primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no ano 2001.

Boaventura aponta os resultados de suas pesquisas realizadas em seis países como nova possibilidade de “Reinventar a Emancipação Social”, dando origem a diversas publicações em que relata essas experiências³. O projeto de pesquisa por ele coordenado, ainda em desenvolvimento, visa a analisar iniciativas, organizações e movimentos progressistas em cinco domínios sociais: democracia participativa, sistemas alternativos de produção, multiculturalismo, justiça e cidadania culturais.

Seguindo a trilha do desenvolvimento da democracia participativa, procuramos enfatizar um pouco mais o domínio social. Nas observações que Boaventura faz constata-se que, junto com a ampliação da democracia ou sua restauração, também há um processo de redefinição do seu significado cultural. Os casos estudados de democracia participativa começam com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas sociais. As experiências políticas que assumiram o nome de democracia participativa em geral se opõem ou buscam complementar a forma de democracia representativa.

A consolidação da democracia no Brasil vem propiciando o crescente envolvimento da participação de alunos, familiares e comunidade local no processo de estabelecimento de parceiros e ações conjuntas, evidenciando o compartilhamento e os conflitos de distintas culturas e interesses ora convergentes, ora divergentes.

A legislação atual através da Lei 9.394/96 nos concede essa possibilidade constatada e pesquisada por Boaventura. Qualificar o termo “participação” é uma necessidade. A participação se vista sob o olhar individualista do mundo e da

³ Boaventura apresenta em sete livros os resultados principais de um projeto de pesquisa intitulado “Reinventar a Emancipação Social: Para novos manifestos”. Realizado em seis países: África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal. Suas experiências são apresentadas em várias obras: **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa; Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista; Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural; Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais; Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário; As vozes do mundo e Reinventar a emancipação social** (neste livro é feita pelo autor uma reflexão global sobre o projeto e seus resultados tal como foram publicados nos livros anteriores).

política do liberalismo, em que o voto é a forma central de participação, não atende as necessidades da sociedade. Esse vínculo tênue esconde praticamente uma delegação similar a um cheque em branco, fazendo com que esse vínculo só seja retomado a cada período de tantos anos, conforme o calendário eleitoral.

Da mesma forma, a escola através da eleição dos diretores, não está qualificada como democrática. Vivenciamos um exercício que, acrescido de outras vivências ocorridas no cotidiano escolar, pode confirmar a participação da comunidade na Gestão da Escola Pública.

Dialogar com as famílias e com as crianças, registrar seus saberes e suas culturas, ouvir suas vozes e compreendê-las pressupõe uma reeducação dos educadores, uma postura aberta ao outro enquanto sujeito. A participação do povo deve ser um estar presente na história e não simplesmente estar representado.

As primeiras manifestações de democracia participativa visam a romper com o círculo vicioso, procurando resgatar a dimensão pública e cidadã da política. A possibilidade de mobilização das comunidades escolares qualifica as formas de concretizar suas necessidades, controlando, buscando manter um grau de mobilização que possa vislumbrar uma nova relação entre os atores desse processo, relação chamada democracia participativa.

A Gestão Democrática possibilita a todas as pessoas envolvidas na comunidade escolar participarem do processo de gestão, intervindo na sua administração e procurando a melhor solução para os problemas enfrentados pela escola. NETO (2002) coloca que a gestão participativa

[...] possibilita a concepção de um projeto de escola pensado pelo conjunto dos profissionais que, tendo o conhecimento da realidade dos seus alunos, buscam soluções mais adequadas às suas necessidades. A participação organizada da “comunidade escolar” na vida da instituição escolar é um imperativo no atual momento. Os pais devem cada vez mais, interferir nos destinos da escola de seus filhos para assegurar que o ensino por ela ministrado seja de qualidade.

Percebe-se que a educação está passando por um processo de mudança. A sociedade em movimento espera da educação a formação de novos cidadãos, com idéias e objetivos para a construção de um mundo melhor, mais saudável em

que todos possam viver e desfrutar de melhor qualidade de vida e alcançar a autonomia. Parece um sonho; muitas propostas com ações políticas estão disponíveis para a sociedade na esperança de ampliar a qualidade da educação.

A gestão educacional passou a ganhar destaque ao longo dos anos 80, evidenciado nas políticas públicas. Com a promulgação da Lei 9.394/96 os processos de gestão ganharam visibilidade, em especial a gestão democrática do ensino público. Continuamos questionando os procedimentos de gestão nos diferentes níveis da administração e nas maneiras de alcançar a efetiva democratização e participação.

A legislação contempla a Gestão Democrática. Mousquer (2003) em sua tese “Paradoxos da Democracia: um estudo sobre a normatividade e possibilidade no campo da gestão democrática do ensino público”, ressalta que: “vivemos contemporaneamente uma espécie de era do descarte dos conceitos, da substituição por conceitos novos de significantes vulneráveis” (apud, STEIN, 1996, p.106). Ela complementa dizendo que:

A partir dessa constatação a gestão democrática passa a ser vista como envolta por intencionalidades políticas que precisam ser rejeitadas ou validadas através de correções e acréscimos.(MOUSQUER, 2003, p.123).

Embora a legislação assegure efetivamente a Gestão Democrática, muito temos que aprender sobre Democracia e Participação. Não existem receitas ou modelos prontos, o que temos são experiências que podem servir de base para avançarmos na qualidade da gestão da escola.

Constatamos a substituição de conceitos tal qual Mousquer (2003) cita em sua produção. Cada mudança acarreta novos termos que lentamente são assimilados pela comunidade. Entre os professores da Escola há mais familiaridade com os novos conceitos, demonstrada em suas respostas. Há também o entendimento e todos acreditam e valorizam a importância da participação da comunidade na gestão da Escola.

A Gestão Democrática já permeia as falas e a legislação, ainda que sua aplicabilidade seja conquistada lentamente. Através do estudo realizado, alguns

professores ainda resistem em proporcionar a participação mais efetiva da comunidade e criar espaços para que pais e alunos estejam próximos da gestão na escola. Entre a fala dos professores e a fala dos pais há um distanciamento separando as partes. Ainda encontramos pais com vergonha de expressar sua opinião diante dos membros gestores. Deparamo-nos com dificuldades nas relações interpessoais: o autoritarismo enraizado em nossas ações e o emprego de rituais pedagógicos. A preocupação excessiva com comportamentos atitudinais dos alunos, afasta e cala pais com cultura tão distinta dos professores. A rede de poder que se encontra e se constitui nas escolas, através de diferentes discursos (de professores, orientadores, diretores) são formas de sujeição, submissão, controle e disciplina.

A tarefa educativa é extremamente complexa. Verificamos essa complexidade quando vivenciamos e ouvimos colegas com dificuldades para desenvolver um trabalho com alto padrão de satisfação. As novas políticas sobrecarregam os educadores despreparados, desmotivados e desvalorizados diante das tantas atribuições a que são desafiados diariamente. A dificuldade que temos para atender os alunos incluídos em turmas relativamente numerosas e heterogêneas, foi um dos desabafos que demonstraram alguns professores da Escola.

Observamos entre alguns educadores certo estado de desânimo, comodismo e desconfiança em relação à participação na Gestão da Escola. Houve formalidade em algumas de suas respostas. Em paralelo a esses, um número muito significativo de professores executam seu trabalho com muita motivação, alegria, integração com a comunidade, buscando soluções além das suas obrigações, qualificando a gestão democrática da Escola.

A educadora Flávia Obino Werle, em estudos realizados sobre a participação como cultura na escola básica, observou um ocultamento a respeito da desigualdade de participação nos Conselhos Escolares “a cultura de silenciamento de alunos e funcionários prevalece e se constitui em um ponto cego para os vários elementos organizacionais, ninguém vê, questiona ou avalia a respeito” (Werle, 2000, p.74).

A mesma percepção observada por essa educadora quanto à ritualidade das reuniões do Conselho Escolar também foi observada em nossas entrevistas pelo segmento professores e pelo segmento pais. A socialização das deliberações foi citada pelos professores e pais como ponto que deveria ser melhorado pelo Conselho Escolar. A educadora assim se referiu ao Conselho Escolar:

Não faz parte da cultura da escola utilizar murais, corredores e quadros em locais de circulação para fazer chamados à participação da comunidade escolar, levantar interesses, divulgar decisões ou pautas de reuniões. (WERLE, 2000 p.75).

Observamos na pesquisa a importância do constante processo de aprendizagem da qual necessitam os professores em relação à democratização da gestão da escola pública. A autora ainda diz que:

[...] a instituição de espaços e vivências do processo democrático na escola pode ser um ponto de partida para este novo projeto, possibilitando que a democracia deixe de ser meramente um conceito e passe a ser vivida como uma prática que lida com as diferenças entre os segmentos da comunidade escolar: pais, professores, funcionários e alunos (id. 1988 p.67).

A pesquisa demonstra que o segmento pais parece estar convencido da relevância e da necessidade de envolver-se participando da gestão da Escola. Verificamos que entre todos os segmentos da escola há a mesma observação sobre a participação dos pais no turno da tarde, turno que atende os alunos de menor faixa etária. O porquê de os pais participarem mais efetivamente nesse turno passa a ser um motivo entre tantos outros que devem levar a escola procurar responder. Terão os anos finais do ensino fundamental e ensino médio menor importância na educação dos filhos? A escola já sensibilizou os alunos de que a presença e acompanhamento da família são importantes em todas as séries?

Concordamos com a constatação feita por Mousquer (2003) quando diz que a sociedade brasileira convive com ausência de uma verdadeira cultura de participação. A esperança de um padrão de alto sucesso precisa ser partilhada e

discutida com toda a comunidade escolar, alunos, pais, funcionários. Instaurar uma cultura de alto modelo de sucesso exige trabalho coletivo.

Comprovamos essa idéia quando percebemos a tímida participação e conhecimento que a comunidade detém em relação ao Projeto Pedagógico, atribuições do Conselho Escolar, seus representantes, Conselho de classe, socialização das deliberações e representatividade. O projeto pedagógico da escola deve ser mais estudado e difundido em todos os segmentos da escola. Vasconcellos (1995, p.145), coloca que o projeto pedagógico pode ser compreendido

[...] como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade.

Embora a comunidade escolar realize muitas experiências democráticas e participativas acreditamos que é possível acrescentar a esse número outros exercícios e torná-la no futuro uma escola com democracia de alta intensidade.

3 Conclusão

Ficou elucidado na pesquisa que embora a gestão democrática já aconteça, ainda persiste um espaço significativo entre a realidade e as proposições da escola. Quem sabe os educadores e a própria comunidade não se deram conta da exigência que a democracia requer, se a mesma for levada a sério. O universo da escola é particularmente complexo e específico e a prática constante de exercícios da participação possibilitam e validam a gestão pública.

Os alunos da escola demonstraram a necessidade de que sejam reconhecidos seus interesses, valorizados e levados a sério e, no entanto, muitos não sabem quem são seus representantes no segmento aluno do Conselho Escolar.

Os conflitos, as negociações fazem parte desse processo. Pouco se percebe na escola sobre a sua existência. O homem é um ser social e político e essas

convivências sugerem perguntas, respostas e diálogos. A ausência de conflitos pode levar ao domínio. É pela educação, pelo diálogo, pelo convívio que o homem busca a liberdade, pois ele é sujeito, é plural e produz valores.

Embora assegurada efetivamente a Gestão Democrática, muito temos que aprender e ensinar. Erros e acertos fazem parte desse processo. Saviani (2003, p.36), ilustra muito bem ao dizer que:

(...) quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e de como, quando menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática.

Para Boaventura de Sousa Santos (2002), a eleição para a escolha de diretores das escolas públicas é um exercício de alta intensidade democrática, porém não garante a democracia. É preciso haver a autoridade partilhada, interação entre direção e órgãos colegiados para afastar o perigo de decisões centralizadas e desprovidas dos reais interesses da comunidade. Não havendo a partilha do poder e a participação da comunidade, ele denomina o processo de democracia de baixa intensidade.

A democracia representativa tende a ser uma democracia de baixa intensidade. Porque ela deixa intacta muitas relações de poder que não transforma em autoridade compartilhada; porque assenta em idéias de igualdade formal e não real; porque só reconhece a diferença a partir de uma diferença dominante que é transformada em norma – a identidade dominante – e determina dentro de que limites e que cada outra diferença pode ser exercida, reconhecida ou apenas tolerada (p.3).

Parafraseando Boaventura de Sousa Santos, a escola pode reverter esse cenário e transformar a democracia de baixa intensidade em democracia de alta intensidade, para que de fato ela seja verdadeira e exista. Toda a comunidade escolar deve estar envolvida numa participação horizontalizada, em que os canais de comunicação fluam contemplando todos os segmentos.

Alunos participando efetivamente da gestão da escola, elaborando e executando regras de convivência na sala de aula e no ambiente escolar; divulgação de projetos bem sucedidos e avaliação em conjuntos de projetos e atividades que não foram satisfatórios; aproveitamento de pais disponíveis na

execução de melhorias de que a escola carece são alguns aspectos que devem ser considerados.

Creemos de forma sintética ter entendido o problema analisado referente à participação e, não tendo a pretensão de dar soluções, uma vez que essas respostas devem ser construídas no cotidiano da Escola. Embora a legislação assegure efetivamente a Gestão Democrática, muito temos que aprender sobre Democracia e Participação. Não existem receitas ou modelos prontos, o que temos são experiências que podem servir de base para avançarmos na qualidade da gestão da escola.

4 Bibliografia

BOAVENTURA, Sousa Santos (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** São Paulo: Papyrus Editora, 1991.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRA, Filho, Manoel Gonçalves. **A democracia possível**. São Paulo: Saraiva, 1972.

MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. **Paradoxos da democracia: um estudo sobre normatividade e possibilidade no campo da gestão democrática do ensino público**. 2004, 246f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

NETO, Antônio Cabral. **O futuro da educação está na gestão escolar**. São Paulo: Tribuna Escola, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

SACRISTÁN, G. O que é uma escola para a democracia? **Pátio – revista pedagógica**. Comunidade e escola – a integração necessária. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, ano 3, n. 10, ago./out., 1999, pp.57-63.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados, 2003.

STEIN, Ernildo. **Aproximações sobre hermenêutica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Participação como cultura na escola básica.** n° 42, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

____ Conselhos Escolares: palavra e poder. **Estudos Leopoldenses.** São Leopoldo, v.31, n.143, p.37 -60, jul./ ago. 1995.